

## PROPOSTA DE ANÁLISE TECNOPOLÍTICA DAS INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS

**Christiana Soares de Freitas**

Professora associada na pós-graduação da Faculdade de Comunicação, na Pós-Graduação em Governança e Inovação em Políticas Públicas da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (Face) e no Departamento de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB). *E-mail*: <freitas.christiana@gmail.com>.

**Rafael Cardoso Sampaio**

Professor no Departamento de Ciência Política e nos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). *E-mail*: <cardososampaio@gmail.com>.

**Daniel Pitanguiera de Avelino**

Membro da carreira de políticas públicas e gestão governamental com atuação na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: <daniel.avelino@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2848>

### 1 INTRODUÇÃO

Inovações democráticas foram estimuladas e impulsionadas de forma significativa ao longo das últimas três décadas em vários países da América Latina. A concepção clássica de inovação democrática diz respeito às iniciativas desenhadas para encorajar e aumentar a participação cidadã nos processos políticos de tomada de decisão. A abordagem tecnopolítica, aqui proposta, concebe a inovação democrática também como um espaço sociotécnico em que saberes, instrumentos, processos, atores e representações se encontram para a materialização da ação pública.

Este artigo propõe a abordagem tecnopolítica para análise e avaliação das inovações democráticas, buscando compreender não apenas suas características político-institucionais, mas também dois principais conjuntos de resultados por elas gerados. O primeiro é representado pelos instrumentos e metainstrumentos de ação pública, resultados diretos e efetivos da implementação de inovações democráticas. Um segundo conjunto de resultados refere-se a variáveis relacionadas a formas não institucionalizadas de consolidação e encaminhamento de demandas, frutos da participação cidadã. O instrumento proposto, com suas dimensões, categorias e indicadores, está transcrito no apêndice do *Texto para Discussão*.

### 2 CONTEXTO HISTÓRICO

O período histórico que compreende as últimas décadas revela, especialmente na América Latina e no Caribe, a difusão e a consolidação de diferentes desenhos institucionais de inovações democráticas, como redes, fóruns, conselhos de políticas públicas, conferências e orçamentos participativos. Busca-se, aqui, refletir sobre os espaços e estratégias existentes para o fortalecimento da democracia em cenários políticos adversos. Propõe-se a análise das inovações democráticas como forma de colaborar, teórica e metodologicamente, para a elaboração de diretrizes que viabilizem sua sustentabilidade e continuidade.

### 3 CONCEPÇÕES MÚLTIPLAS SOBRE INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS

Nesse contexto em profunda transformação, as inovações democráticas podem ser compreendidas segundo múltiplas concepções. Segundo a concepção institucional, inovações democráticas são tradicionalmente definidas como iniciativas desenhadas para encorajar e aumentar a participação cidadã em processos políticos de tomada de decisão. Outra perspectiva teórica é trazida pela abordagem pragmática, que se aproxima e, também, se afasta da perspectiva institucional em alguns aspectos. A abordagem pragmática

# SUMEX

considera a existência de efeitos e repercussões das inovações democráticas para além dos processos políticos de tomada de decisão.

## **4 PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA ABORDAGEM TECNOLÓGICA**

A abordagem tecnopolítica diferencia-se das demais em alguns aspectos. Primeiramente, a inovação democrática é definida como um espaço sociotécnico no qual saberes, instrumentos, processos, atores e representações se encontram para a materialização da ação pública visando ao fortalecimento de práticas democráticas. A inovação democrática é toda iniciativa ou processo que vise à participação cidadã e ao aprofundamento da democracia a partir de estratégias como: i) a adoção de práticas incrementais, normas, meios e fins voltados à solução de problemas públicos; ii) a geração de novos – ou revisão de – instrumentos e metainstrumentos de ação pública; e iii) o desenvolvimento de novas capacidades tecnopolíticas e socioestatais que podem vir a gerar novas formas de cidadania e práticas políticas voltadas ao aprofundamento da democracia.

## **5 DIMENSÕES DA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE ANÁLISE DAS INOVAÇÕES DEMOCRÁTICAS**

A construção das categorias e dos indicadores que integram o modelo proposto foi muito influenciada pelos achados provenientes do mapeamento e da análise de inovações democráticas digitais na América Latina e no Caribe, concluídos em 2019.<sup>1</sup>

Com base nesses achados, desenvolveu-se o modelo aqui proposto, com as três dimensões de análise tecnopolítica de inovações democráticas.

### **5.1 Características institucionais e tecnopolíticas das inovações democráticas**

A primeira dimensão do modelo de avaliação proposto, como apresentado no apêndice, relaciona-se às

características institucionais e tecnopolíticas das inovações democráticas. O principal intuito da aplicação das categorias analíticas dessa dimensão é compreender como as iniciativas estão desenhadas para alcançar seus objetivos.

### **5.2 Inovações democráticas e suas implicações diretas**

A segunda dimensão deste modelo de avaliação destaca a importância de investigar os efeitos diretos gerados pelas inovações democráticas – são aqueles considerados, na abordagem teórica aqui adotada, como instrumentos e metainstrumentos da ação pública. Interessa compreender os resultados efetivos das inovações democráticas no processo de construção de políticas públicas, com a diferença de que aqui partimos de um referencial teórico-metodológico distinto para a compreensão dos elementos que constituem, de maneira ampliada, os instrumentos de ação pública.

### **5.3 Inovação democrática e suas repercussões indiretas**

A terceira dimensão de análise do modelo de avaliação aqui proposto foca as implicações indiretas das inovações democráticas. Determinadas iniciativas podem vir a gerar uma série de implicações não facilmente mensuráveis, como uma mudança na autopercepção dos indivíduos sobre papéis políticos, indicando possível surgimento de novas práticas e formas de cidadania.

Essa dimensão do modelo apresenta indicadores capazes de observar tais efeitos, tratados no campo das inovações democráticas e da democracia digital.

## **6 CONCLUSÃO**

Uma das vantagens já observadas no instrumento proposto é o fato de envolver uma codificação baseada em características relativamente abrangentes, capazes de representar a grande diversidade e heterogeneidade de práticas participativas conhecidas, em especial aquelas mediadas por recursos digitais. Outro ponto distintivo é a ênfase pragmática, privilegiando a coleta de informações que podem ser obtidas pela

1. Freitas, C. S. Implicações da e-participação para a democracia na América Latina e Caribe. *Revista Contracampo*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, 2020.

leitura dos documentos de criação da iniciativa ou por meio de observação direta. Mais importante que isso, no entanto, é a possibilidade de contribuir para a agregação de conhecimento no campo de estudos sobre inovações democráticas. Este estudo e o esboço do modelo teórico-metodológico de avaliação que o acompanha são relevantes para reafirmar a natureza multidimensional do fenômeno avaliado.

A terceira dimensão analítica é relativamente rara no debate metodológico sobre avaliação de práticas democráticas, mas não é um conceito novo. Consciências, valores, práticas e laços de sociabilidade – sua transformação – são os elementos que estamos aqui considerando como variáveis subjetivas. Elas são responsáveis por uma transformação radical das formas políticas que conformam as ações públicas. Se elas não se alteram, as formas de participação democrática permanecem como recursos de legitimação de modelos de gestão e de construção de instrumentos de ação pública que vão seguir o modelo que se constituiu como hegemônico no Brasil, especialmente na primeira fase do período de redemocratização.